

PARECER JURÍDICO



PARECER JURÍDICO Nº: 30 /2021

- **PROCESSO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2021.
- **OBJETO:**
 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA DE DOCUMENTOS DO CRO/SE;

I – RELATÓRIO:

Senhor Presidente,

- 1) Vem a exame desta Procuradoria Jurídica o processo identificado nesta inicial, com fundamentação prevista no inciso **II do art. 24, da Lei nº 8.666/93.**
- 2) A Justificativa da Solicitação apresentada pela **TESOURARIA/CRO-SE** está devidamente fundamenta;
- 3) O feito vem a esta Assessoria Jurídica para apreciação e emissão de parecer conforme previsão do art. 38, inciso, VI, da Lei 8.666/1993.
- 4) O processo foi instruído com os seguintes documentos:
 - A) COMUNICAÇÃO INTERNA SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO PARA DEFLAGRAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO;
 - B) CERTIDÕES DE REGULIDADE FISCAL E DEMAIS DOCUMENTOS DA EMPRESA A. SILVA SERVIÇOS POSTAIS LTDA, CNPJ 32.870.255/0001-00, FRANQUEADO DOS CORREIOS;
 - C) COMPROVAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA ATENDIMENTO DA DESPESA;

Página 1 de 3

Rua Vila Cristina, 589 – São José
Cep 49015-000 - Aracaju/SE
Fone: (79) 3214-3404/3214-6322 Fax: 3211-7212
E-mails: crose@crose.org.br / secretaria@crose.org.br
Site: www.crose.org.br

Gladson Silva Guimarães
OAB/SE Nº 10.660
Jurídico



D) DESPACHO EXPEDIDO PELA PRESIDÊNCIA
AUTORIZANDO A DEFLAGRAÇÃO DO PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO;

E) FOTOCÓPIA DA PORTARIA DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL;

F) DESPACHO DA CPL;

II - ANÁLISE JURÍDICA:

1) Na Licitação dispensável - Mesmo havendo possibilidade de competição entre os fornecedores, a licitação é dispensada, pois o fim da Administração Pública é o interesse público. As suas hipóteses estão taxativamente dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no art. 24. Cumpre esclarecer que os casos elencados pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, como já dito, são taxativos, não podendo ser ampliados.

2) A Lei de Licitações consagra em seu artigo 24, inciso II, um dos casos de dispensa de licitação, senão vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

3) A hipótese de dispensabilidade sujeita-se ao atendimento dos requisitos estabelecidos no § único do art. 26 da já citada Lei nº 8.666/93, razão pela qual **deve ser justificada a hipótese da dispensa de licitação e comprovados os demais requisitos legais que a autorizam**, instruindo o processo de dispensa de licitação com os elementos necessários: justificativa do preço e da

Página 2 de 3

Gladson Silva Guimarães

OAB/SE Nº 10.660

Jurídica



- escolha da empresa fornecedora, incluindo também o ato de ratificação pelo Presidente.
- 4) O Pedido inicial revela o interesse da Administração em realizar a **CONTRATAÇÃO** do objeto por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.
 - 5) Incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.
 - 6) Observa-se que o processo é dotado de todos os formalismos legais, inclusive, houve a devida preocupação quanto a busca da melhor proposta;
 - 7) Observa-se ainda, que a empresa A. SILVA SERVIÇOS POSTAIS LTDA, CNPJ 32.870.255/0001-00, FRANQUEADO DOS CORREIOS, possui qualificação necessária para executar o objeto pleiteado, inclusive, os preços que serão praticados são justamente aqueles da TABELA DOS CORREIOS;

III – CONCLUSÃO:

- 1) Portanto, diante do exposto, no caso *sub óculo*, pela análise dos autos que nos foram apresentados e informações nele contidas, em especial as documentações anexadas, não nos parece haver ofensa aos ditames e princípios legais aplicáveis ao procedimento, mormente a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, tendo sido todos os preceitos legais alcançados e, por conseguinte, tornando-se o procedimento passível de **RATIFICAÇÃO**.
- 2) Em nada a opor, somos pela legalidade.
- 3) É o Parecer, *sub censura*.

ARACAJU/SE, 11 de agosto de 2021.

GLADSON SILVA GUIMARÃES
ASSESSOR JURÍDICO DO CRO/SE

Gladson Silva Guimarães
OAB/SE Nº 10.660
Jurídico

Página 3 de 3